Maio de 2017 • ANO XVII – Nº 158

Tribuna Parlamentar

INFORMATIVO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

alepe.pe.gov.br

FOTO: RINALDO MARQUES

Corredor da morte

Na maioria das regiões do Estado, são contabilizadas, anualmente, mais de dez mortes por acidentes de moto a cada cem mil pessoas. O número, que equivale à classificação de epidemia pela Organização Mundial da Saúde, preocupa gestores públicos e sinaliza endurecimento nas regras para a utilização desses veículos.

Págs. 4 e 5

Metrópoles

Implementação de estatuto deve ampliar integração entre municípios da RMR.

Pág. 3

Ensino Superior

Comunidades tradicionais podem ter vagas reservadas em instituições do Estado.

Pág. 6

Agora é lei

Prestadoras de serviço precisam enviar dados de funcionários aos clientes.

Pág. 7

Autismo

Informação é alternativa para vencer preconceitos e falta de políticas públicas.

Pág. 8

ACONTECEU NA ALEPE

Assembleia Legislativa comemora 182 anos

HENRIQUE GENECY

A defesa da democracia ganhou destaque na Reunião Solene que celebrou o 182º aniversário da Alepe, no dia 5 de abril. Na ocasião, o presidente da Casa, deputado Guilherme Uchoa (PDT), ressaltou que a comemoração reconhecia "o processo de evolução das instituições e de construção de uma sociedade mais justa e democrática para todos". O evento contou com exposição de documentos históricos, exibição de vídeo institucional e apresentações culturais, além do tradicional corte do bolo de aniversário. Ainda em homenagem à data de instalação da então Assembleia Legislativa da Província de Pernambuco, ocorrida em 1º de abril de 1835, uma iluminação especial coloriu a fachada do Palácio Joaquim Nabuco.

Casa atenta a grandes temas

Ao longo de abril, a Reforma da Previdência rendeu discussões na Casa Joaquim Nabuco com entidades de trabalhadores rurais, no dia 17, e com policiais, no dia 20. O mês também contou com a instalação da Frente Parlamentar em Defesa da Pessoa com Deficiência e com a criação de um colegiado especial para elaborar o Estatuto do Portador de Câncer em Pernambuco.

Águas do Velho Chico

No final de março, a Comissão de Agricultura foi a Floresta, no Sertão de Itaparica, ouvir trabalhadores rurais sobre os efeitos dos atrasos na transposição do Rio São Francisco. Eles denunciaram não estar sendo beneficiados com a obra, apesar de um canal da transposição nascer no município. Os pescadores da barragem Barra do Juá também sofrem com a seca e a falta de manutenção. "Famílias estão perdendo benefícios junto à Previdência porque há anos não exercem a atividade", relatou a pescadora Maria da Guia.

EM FOCO

Espaço público em disputa

Na batalha diária do trânsito comum às metrópoles globais, o ciclista é uma das principais vítimas e a bicicleta, que poderia ser uma aliada da mobilidade urbana, é deixada em segundo plano. É o que retrata o documentário *Bikes vs Cars* (2015), do diretor sueco Fredrik Gertten. A partir de incursões por cidades como São Paulo, Los Angeles (EUA), Toronto (Canadá) e Copenhague (Dinamarca), o filme discute a influência do poder econômico nas políticas públicas de transporte e como isso se reflete na vida dos cidadãos.

Fique Sabendo

Premiado internacionalmente, o longa está disponível na Internet em serviços de *streaming*. Veja o *trailer* oficial:

VOCÊ NA ALEPE

"A Frente fortalece nossa luta por políticas de inclusão da pessoa com deficiência. O ato mostra que o assunto deve ser tratado de forma transversal, envolvendo todos os poderes."

Edimilson Silva

Superintendente estadual de Apoio à Pessoa com Deficiência, no dia 11 de abril, durante a reunião de instalação da Frente Parlamentar em Defesa da Pessoa com Deficiência. O colegiado pretende promover a articulação de entidades que atuam na causa.

"É um desafio dizer quanto o advogado deve receber para ter uma vida digna. Ao nos acolher, a Assembleia Legislativa dá relevância à luta da categoria."

Padre Francisco Caetano Pereira

Presidente da Associação dos Assessores Jurídicos da Administração Direta do Estado de Pernambuco (Aajade), ao participar da audiência pública da Comissão de Justiça para debater o piso salarial dos advogados, em 18 de abril.

"A psicologia não tem nada a ver com nossa identidade. Vim dizer que não somos doentes para sermos tratados assim, como se transexuais, gays e lésbicas precisassem de cura."

Lílian Fonthinelly

Vice-presidente da Articulação e Movimento para Travestis e Transexuais (Amotrans-PE), em audiência da Comissão de Cidadania, no dia 19 de abril, para discutir as normas de atuação para os psicólogos em relação à orientação sexual.

Acompanhe também os perfis da Alepe nas redes sociais e fique por dentro das atividades que acontecem dentro da Casa. Além de informar, as plataformas facilitam a participação dos cidadãos no Legislativo, construindo debates e colaborando com decisões importantes na vida do povo pernambucano.

alepeoficial assembleiape fotoalepe

O Jornal **Tribuna Parlamentar** é uma publicação de responsabilidade da **Superintendência de Comunicação Social da Assembleia Legislativa - Departamento de Imprensa**.

EXPEDIENTE: **Mesa Diretora: Presidente**, Deputado Guilherme Uchoa; **1º Vice-Presidente**, Deputado Cleiton Collins; **2º Vice-Presidente**, Deputado Romário Dias; **1º Secretário**, Deputado Diogo Moraes; **2º Secretário**, Deputado Vinícius Labanca; **3º Secretário**, Deputado Júlio Cavalcanti; **4º Secretário**, Deputado Eriberto Medeiros. **Superintendente de Comunicação Social:** Margot Dourado. **Chefe do Departamento de Imprensa**: Helena Alencar. **Editores:** Helena Alencar e Luciano Galvão Filho. **Revisão:** Cláudia Lucena, Fellipe Marques e Margot Dourado. **Repórteres:** André Zahar, Clarissa Falbo, Edson Alves Júnior, Gabriela Bezerra, Ivanna de Castro e Luciano Galvão Filho. **Gerente de Fotografia:** Roberto Soares. **Edição de Fotografia:** Breno Laprovitera. **Fotógrafos:** Henrique Genecy (estagiário), Jarbas Araújo, João Bita e Rinaldo Marques. **Tratamento de Imagem:** Giovanni Costa. **Design:** Brenda Barros. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior. **Endereço: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2126. PABX: 3183.2211. E-mail:** ***scom@alepe.pe.gov.br***

ESTATUTO DA METRÓPOLE

Contra o tempo

Municípios de regiões metropolitanas têm até 2018 para aperfeiçoar gestão de problemas urbanos

Gabriela Bezerra

Reconhecer que muitas das dificuldades urbanas são problemas regionais, que transcendem os municípios isoladamente, conduz ao modelo de gestão pública conhecido por governança interfederativa. Por força do Estatuto da Metrópole (Lei Federal nº 13.089/2015), até janeiro de 2018, essa perspectiva deverá ser adotada por todos os agrupamentos urbanos que, em razão de sua população e relevância econômica, constituam uma região de influência nacional ou com impacto em uma área equivalente à de uma capital regional. Desse modo, as responsabilidades deverão ser compartilhadas entre as diferentes instâncias de governo, prevalecendo o interesse comum sobre o local.

"Às vezes enfrentamos um problema que pensamos ser local sem saber que várias cidades vizinhas estão passando pela mesma situação, ou que esse mesmo problema foi facilmente resolvido por outro município", relata o secretário de Planejamento de São Lourenço da Mata, Wildy Ferreira.

Apesar de acreditar que muitas conquistas podem ser adquiridas a partir da maior integração entre os municípios da Região Metropolitana do Recife (RMR), Ferreira demonstra preocupação sobre o funcionamento do modelo integrado: "Observando que cada município e cada gestor têm especificidades, acredito que vamos precisar de uma longa discussão para chegar a um discurso único que contemple todos".

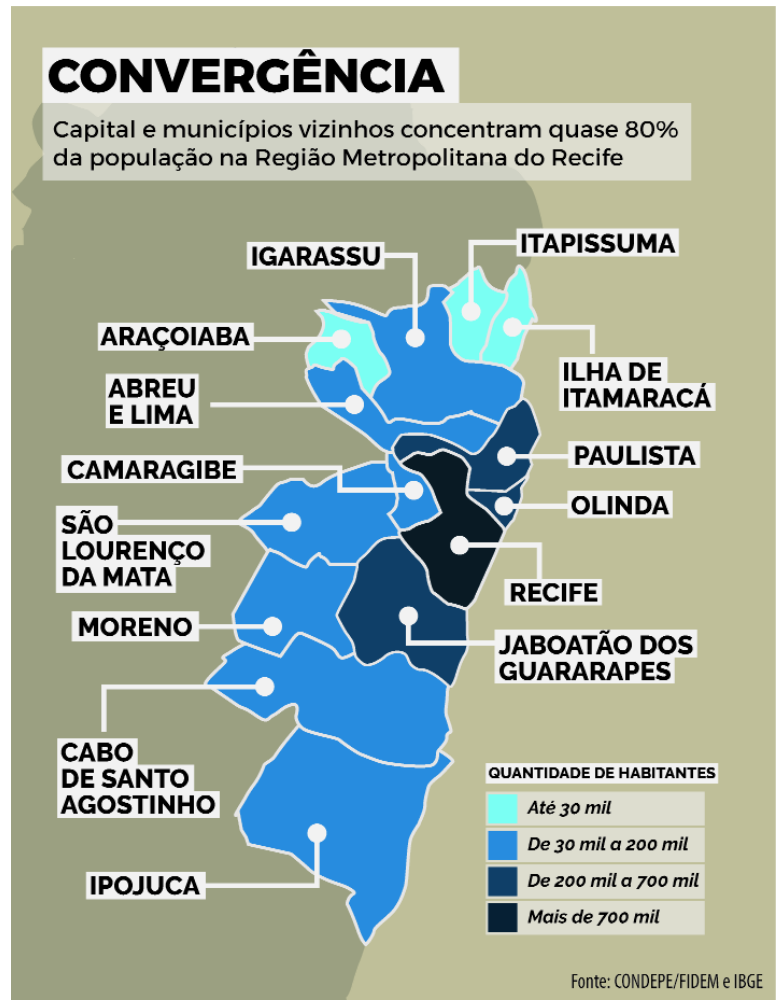
O receio é compartilhado pelo secretário de Planejamento da Ilha de Itamaracá, Gilberto Lopes, que manifesta apreensão sobre a gestão dos recursos públicos envolvidos no processo de integração. "Num eventual consórcio, os municípios vão participar na proporção de suas receitas, o que, em algum momento, levará cidades maiores a custear outras de menor arrecadação. Até que ponto os gestores estarão dispostos a apoiar isso?", questiona. "Se todos estiverem dispostos a contribuir, será ótimo".

Problema sério tanto em São Lourenço quanto na Ilha de Itamaracá, a coleta e a destinação do lixo é apontada pelos secretários como uma área que pode ganhar muito com a integração. "A prefeitura de São Lourenço está tentando aderir à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010). Avalio que, de forma colegiada, conseguiríamos chegar mais facilmente a uma solução, por meio de um consórcio que atendesse a todos", argumenta Wildy Ferreira.

Nesse sentido, Gilberto Lopes pontua o acúmulo de lixo na Ilha de Itamaracá, cuja população é de 24 mil habitantes, durante os feriados prolongados. "A cidade é turística e sazonalmente enfrenta problema de coleta. Para se ter uma ideia, no Carnaval nossa população chega a 200 mil pessoas", destacou. O secretário acredita que uma estrutura de consórcio metropolitano pode ampliar a capacidade de coleta da Ilha.

Desde 2010, a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe/Fidem) tem produzido estudos, realizado debates e recebido o Ministério das Cidades na perspectiva de adequar a RMR à lei federal. Para a diretora de Articulação e Apoio ao Desenvolvimento Metropolitano da agência, Juliana Barreto, o processo de implantação do estatuto depende da reorganização do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (Conderm), presidido pelo secretário estadual de Planejamento, Márcio Stefanni. "Somente a partir disso, será possível implementar a governança interfederativa e começar o debate para elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, que deve reconhecer as características de cada município", avalia.

Definido no Estatuto da Metrópole como resultado de uma construção coletiva, o plano, que será instituído por lei estadual, não substitui o Plano Diretor das cidades e deve ser revisto a cada dez anos. Durante o processo da sua elaboração deverão ser garantidos a publicidade dos documentos e das informações produzidas; o acompanhamento do Ministério Público; e a promoção de audiências públicas e debates em todos os municípios integrantes da região metropolitana.



Na avaliação do presidente da Condepe/Fidem, Maurílio Lima, "a RMR já conta com uma estrutura organizada e terá mais facilidade em implementar as mudanças do que as regiões metropolitanas de Maceió e Campina Grande, por exemplo". "Digo que será uma adaptação porque, desde 1994, contamos com a Lei Estadual Complementar nº 10, que instituiu o Sistema Gestor Metropolitano", completa. Como avanços do estatuto, Lima aponta a inclusão da sociedade civil no Conselho Metropolitano.

COMISSÃO ESPECIAL

Faltando oito meses para o fim do prazo – 12 de janeiro –, o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da RMR não começou a ser elaborado. Com o objetivo de contribuir para a construção, a Assembleia Legislativa instalou, em março, a Comissão Especial do Estatuto da Metrópole.

"É importante que o Poder Legislativo e a sociedade civil organizada acompanhem o debate, enriquecendo a proposta final", considera a presidente do colegiado, deputada Priscila Krause (DEM). Responsável pela relatoria da Comissão, o líder do Governo na Alepe, deputado Isaltino Nascimento (PSB), acredita que "a Assembleia deve assumir seu papel de aglutinadora de demandas e propostas e atuar com protagonismo nesse processo".

Os parlamentares avaliam que a retomada dos trabalhos do Conderm servirá para a implementação da governança interfederativa e a elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado. O documento, quando concluído, será encaminhado para análise da Alepe na forma de projeto de lei.

Raio-X da Região Metropolitana do Recife

Responsável por 42% da população do Estado e aglutinadora de 63% do Produto Interno Bruto (PIB) pernambucano, a Região Metropolitana do Recife (RMR) foi criada na década de 1970 pela Lei Complementar Federal nº 14/1973. Na época, contava com apenas nove municípios, mas outros cinco passaram a integrar a lista. Entre eles, há muitas semelhanças, e as diferenças devem ser minimizadas a partir da gestão integrada estabelecida pelo Estatuto da Metrópole.

Entre as características que aproximam essas cidades, está a economia: praticamente toda a região tem no setor de serviços sua principal atividade produtiva. A exceção é Itapissuma, na porção norte da RMR, onde a indústria responde por 54% da produção de riquezas.

No PIB per capita se verificam as maiores diferenças. Ipojuca, na parte sul, lidera com R$ 81 mil, enquanto Araçoiaba, ao norte, está no final da lista, com R$ 5,8 mil. Em termos absolutos, o Recife está na frente (R$ 50 bilhões), com PIB quase quatro vezes maior do que o de Jaboatão dos Guararapes, na RMR Sul, que vem logo em seguida (R$ 13 bi).

A quantidade de habitantes por município também é bastante desigual, com o Recife representando 41% da população de toda a região. As cidades mais próximas da Capital são as mais populosas, um quadro comum entre as áreas metropolitanas. Uma das mais distantes do Recife, Araçoiaba conta com apenas 19,5 mil pessoas. Os dados são da Condepe/Fidem e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

MAIO AMARELO

Epidemia no asfalto

Edson Alves Jr.
*Colaboraram Augusto Rocha, Bárbara Campos e Malu Coutinho

Mortes e sequelas provocadas por acidentes com motocicletas desafiam políticas públicas de saúde

"Sempre andei com tranquilidade na moto, mas isso não evitou o acidente que tive em fevereiro de 2014. Estava voltando do trabalho à noite, na Avenida Cruz Cabugá, no Recife, quando um carro saiu de uma rua transversal. Não houve tempo para frear. Eu bati e meu corpo voou 20 metros à frente. Tive diversas fraturas e uma lesão na medula que me tornou paraplégico – o que me obrigou a passar aquele ano inteiro no hospital. De início, foi muito complicado depender dos outros para tomar banho, trocar de roupa... Mas, agora, eu levo uma vida normal e, se fosse fisicamente possível, gostaria de poder andar de novo numa moto."

Hugo Brito, 32 anos, morador de Paulista (Região Metropolitana do Recife)

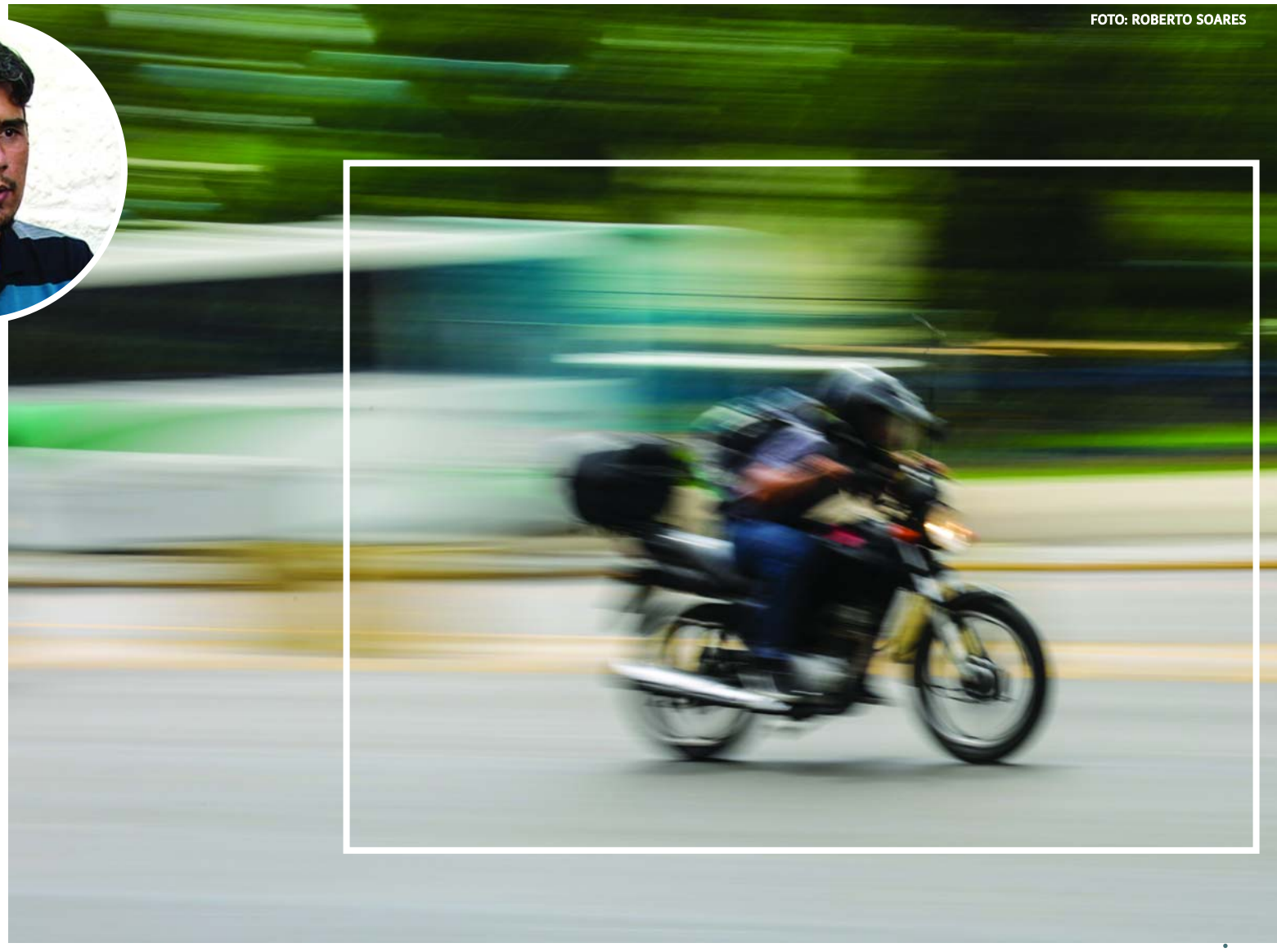


FOTO: ROBERTO SOARES

Hugo é uma das mais de 34 mil pessoas que sofreram acidentes de moto em Pernambuco em 2014. Ele escapou – por pouco – de ser um dos 820 que faleceram em razão de desse tipo de ocorrência, naquele ano. Porém, acabou entrando no grupo de 11% das vítimas que ficaram paraplégicas ou amputadas.

O fato de que consequências tão graves tenham ocorrido com alguém responsável e cumpridor das regras de trânsito ilustra o caráter menos seguro das motos como meio de transporte. "Os governos no Brasil ignoraram a experiência internacional sobre essa vulnerabilidade, fartamente documentada. Nós deveríamos ter adotado a experiência de outros países e preparado a sociedade para um melhor uso das motos", avalia o sociólogo Eduardo Vasconcellos, da Associação Nacional de Transportes Públicos.

O número de acidentes em Pernambuco caiu desde 2015, quando houve uma redução de 7% nas ocorrências para cerca de 32,8 mil, segundo dados da Secretaria Estadual de Saúde. O patamar, no entanto, ainda é extremamente alto e resultou em 719 mortes naquele ano.

Além disso, ao longo de 15 anos, o número de mortes causadas pelas motos quadruplicou no Estado (ver arte). É o que revela um estudo realizado pela Consultoria Legislativa da Alepe. Dados do Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco (Detran-PE) apontam para uma evolução da frota de veículos motorizados de duas rodas (motocicletas e motonetas) de quase 383 mil, em 2007, para 978 mil, em 2014.

"O impacto desse cenário é devastador. Para fazer uma comparação, as epidemias de dengue que enfrentamos levam entre 50 e 70 pessoas a óbito por ano", ressalta o secretário estadual de Saúde, Iran Costa Júnior. Na maior parte das regiões administrativas de Pernambuco, há mais de dez mortes por acidentes de moto a cada cem mil pessoas, número equivalente ao que a Organização Mundial da Saúde (OMS) classifica como epidemia.

"Em 2014, Pernambuco teve um custo global, somando gastos como tratamento médico e perdas na economia, da ordem de R$ 1,2 bilhão. Com a diminuição dos acidentes em 2015, esse valor caiu para R$ 900 milhões", destaca o coordenador de Educação do Comitê Estadual de Prevenção aos Acidentes de Motos (Cepam), o médico Hélio Calábria. "Os quase R$ 300 milhões que foram 'economizados' podem ser utilizados no tratamento de doenças inevitáveis, como câncer ou infartos. Já as ocorrências envolvendo motos podem ser perfeitamente evitadas por meio de políticas públicas", ressalta.

**Estudantes do curso de Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco.*

"Tenho 16 anos e já ando de moto há cinco. Gosto de trilhas e de pilotar em alta velocidade. Sofri um acidente sem usar o capacete. Não lembro como aconteceu. Mas pretendo voltar a andar de moto quando tiver alta e não quero usar capacete, pois acho ruim."

Normando José Feitosa, morador de Itaíba (Agreste)

Pesquisa realizada pelo Hospital da Restauração (HR), em 2011, mostrou que mais de 50% dos leitos da emergência da unidade, localizada no Recife, estavam ocupados por vítimas de ocorrências com motos. Dessas, 70% não tinham habilitação, como Normando Feitosa, que sofreu fraturas nos ossos do joelho. A iniciativa de conhecer melhor o perfil dos acidentados que chegavam até o HR foi o embrião da criação do Cepam.

O comitê é uma iniciativa de integração dos trabalhos de fiscalização e de conscientização voltada para as motocicletas, que inclui as áreas de trânsito, segurança pública, educação e saúde do Governo do Estado. "Nós nos baseamos no modelo integrado da Operação Lei Seca, que vem salvando muitas vidas. A fiscalização, que antes era concentrada nos automóveis, tem agora uma meta de 35% de abordagens a motos", relata o médico Hélio Calábria. "Do lado educativo, fazemos palestras ministradas por pessoas que passaram por acidentes, para quebrar a percepção comum entre os motoristas de que isso nunca vai acontecer com eles", completa.

A Alepe também participou desse esforço, com a criação da Frente Parlamentar de Trânsito e Transporte, coordenada pelo deputado Eduíno Brito (PP). "Nós visitamos hospitais e promovemos encontros para discutir o tema no Legislativo. A Casa não deve ficar omissa, nem a sociedade pode se acostumar com tal cenário", avalia o parlamentar.

A grande conquista da mobilização, tanto para o Cepam como para a Frente, foi a regularização das motos de até 50 cilindradas, conhecidas como "cinquentinhas". "O uso desses veículos não sofria nenhum tipo de controle, resultando em desrespeito total às leis de trânsito. Essas motocicletas causaram diversos atropelamentos em calçadas, por exemplo", aponta Calábria.

"Fui pular o Carnaval no município vizinho de Sertânia, a 44 quilômetros de distância da minha cidade. Na viagem de volta, às 2 horas da manhã, acabei atingindo uma vaca no meio da pista. Fraturei a mão, o pé e o maxilar. O rapaz que estava comigo não teve nada, só algumas escoriações. Mesmo depois de tudo isso, quero voltar a andar de moto. É o único transporte que tenho."

Jellison Fanderson, 28 anos, morador de Custódia (Sertão do Moxotó)

O Interior concentra as áreas com maior incidência de mortes por acidentes de moto no Estado. Segundo estudo da Consultoria Legislativa da Alepe, regiões como o Sertão do Araripe, Sertão do São Francisco, Agreste Meridional e Agreste Central têm níveis duas vezes maiores que a média europeia e asiática. "O índice geral, envolvendo tanto motos quanto carros, vem caindo em Pernambuco por causa da redução na região metropolitana. Mas essa queda ainda não começou a acontecer no Interior", reconhece o secretário Iran Costa.

"A gente percebe que o homem do campo trocou o cavalo pela moto, o que trouxe como consequência o aumento de acidentes na zona rural", aponta o deputado Eduíno Brito. "Temos que repassar mais recursos aos municípios, inclusive para ações de trânsito. Talvez seja necessário um trabalho mais educativo, porque nas cidades menores é mais difícil fiscalizar."

Em resposta a essa demanda, o Cepam interiorizou suas atividades. "Criamos comitês locais em cada uma das 12 subdivisões administrativas de Saúde do Estado para reproduzir localmente a integração que temos em nível estadual. A Operação Lei Seca também tem um cronograma de atuação no Interior", observa Hélio Calábria.

Entretanto, na avaliação da entidade, o caminho definitivo para prevenir acidentes nas regiões mais afastadas dos grandes centros seria municipalizar a fiscalização de trânsito. "Cidades que já fizeram isso, como Caruaru, conseguiram bons resultados. O Governo Estadual não dá conta de vistoriar os condutores de mais de 180 municípios, mas pode pressionar as prefeituras a assumir essas responsabilidades", sugere o coordenador do comitê.

Para o médico, a legislação federal também precisaria mudar, passando a exigir a Carteira Nacional de Habilitação para quem pretender adquirir motocicletas, por exemplo. "Uma moto na mão de uma pessoa não habilitada pode se tornar uma arma", acredita.

O sociólogo Eduardo Vasconcellos lembra que uma importante regra de segurança estava presente no Código de Trânsito Brasileiro, aprovado pelo Congresso Nacional em 1997: a obrigação de motocicletas permanecerem dentro da faixa de veículos, sem que pudessem circular por entre os carros. Esse ponto, no entanto, foi vetado pela Presidência da República.

"Isso foi feito em nome da necessidade de garantir rapidez no uso da moto – ou melhor, de não reduzir o atrativo da livre circulação para não prejudicar as vendas", critica o representante da Associação Nacional dos Transportes Públicos. "Ao mesmo tempo, os condutores de ônibus e caminhões não foram advertidos sobre os chamados 'pontos cegos', quando não conseguem ver a aproximação das motocicletas. Essas e outras omissões nos levaram aos resultados de hoje", complementa Vasconcellos.

Já o secretário de Saúde do Estado defende uma mudança mais radical: as motos deveriam ser autorizadas a transportar apenas um único passageiro. "Essa medida, que já foi tomada na Colômbia e na África do Sul, diminuiria o número de vítimas em 30%. Além disso, seria importante para a segurança pública, uma vez que a moto é o meio de transporte utilizado em 60% dos assaltos no Brasil", acrescenta Costa Júnior.

INCLUSÃO

Mais diversidade e cor no Ensino Superior

Quinze anos após a primeira experiência no País, nova política de cotas pode ampliar representatividade de minorias nas universidades de Pernambuco

Ivanna de Castro

Aos 12 anos, Jonas da Silva começou a ajudar a mãe, trabalhadora rural, no corte da cana. Eles viviam no município de Joaquim Nabuco, na Mata Sul do Estado. Hoje, aos 30, ele é residente em Clínica Médica do Hospital Maria Lucinda, no Recife. No percurso do jovem, primeiro de sua família a chegar ao Ensino Superior, a oportunidade veio de uma política que reconhece desigualdades históricas no País: as cotas para ingresso em universidades públicas.

Graduado pela Universidade de Pernambuco (UPE), o médico acredita que teria destino diferente sem a ação inclusiva. "Fui reprovado nas seleções de 2006, 2007 e 2008. Continuaria insistindo, mas, sem as cotas, levaria um tempo bem maior para alcançar meu objetivo", relata Jonas, que, com dificuldades financeiras para se manter na Capital, contou com o apoio de bolsas e residiu na Casa do Estudante. "Um processo de seleção que avalia de forma única candidatos com níveis de competitividade diferentes é extremamente injusto", observa.

O tipo de avaliação criticado por Jonas foi a regra nas universidades públicas brasileiras até o início deste século, fato que, segundo o doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) Ruy de Deus, levou ao estabelecimento de um ambiente acadêmico excludente. O especialista, que pesquisa o impacto das recentes políticas de acesso ao Ensino Superior para estudantes de baixa renda, pontua que, "historicamente, nossas universidades foram não apenas reflexo das desigualdades, mas, também, reprodutoras dessa realidade".

De acordo com a publicação *Os impactos das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012)*, da Universidade Federal da Bahia, pesquisa feita no ano de 2000, em cinco instituições mantidas pela União, revelou que alunos de famílias com renda superior a seis salários mínimos representavam 82% dos matriculados. Quanto à composição racial, levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) identificou, em 2003, que apenas 5% dos negros possuíam 12 anos ou mais de escolaridade. O índice entre os brancos era de 15%.

A primeira iniciativa de criar diferenciação no acesso às cadeiras de uma faculdade pública no País ocorreu em 2003, quando a Universidade do Estado do Rio de Janeiro reservou vagas para alunos oriundos do Ensino Médio da rede pública. A partir de então, essa ação afirmativa foi adotada por outras instituições de ensino superior, que, na ausência de uma regulação nacional, determinavam de maneira autônoma as regras a serem seguidas.

CORTESIA

"Sem as cotas, levaria um tempo bem maior para alcançar meu objetivo."

Jonas da Silva, médico

A Lei Federal n° 12.711/2012 veio, mais tarde, unificar a política de cotas nas entidades de ensino vinculadas à União. De acordo com a norma, 50% das vagas devem ser destinadas a estudantes de escolas públicas. Dentro desse percentual, metade é direcionada aos alunos com renda familiar per capita de até 1,5 salário mínimo. Em ambos os grupos, há reserva para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, em quantitativos que variam conforme o Estado e se baseiam no censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No entanto, diferentemente do que ocorre na esfera federal, as políticas afirmativas aplicadas nas instituições públicas pernambucanas continuam sendo baseadas em convenções internas, pois não há legislação estadual regulando o tema. Na UPE, por exemplo, são reservadas 20% das vagas a alunos que tenham estudado, exclusivamente, na rede pública. Já as escolas técnicas direcionam a esse público 70% das cadeiras. Em ambas as situações, as cotas são sociais e não consideram a raça do estudante.

Os critérios podem ser unificados – e a política, ampliada –, caso o Projeto de Lei n° 1274/2017, proposto pelo deputado Isaltino Nascimento (PSB), seja aprovado pela Alepe. O texto prevê que instituições estaduais de Ensino Superior, Técnico ou Especial tenham as mesmas reservas definidas pela legislação federal. A matéria traz, ainda, uma novidade de caráter inédito: a destinação de vagas para integrantes de povos ou comunidades tradicionais.

O Decreto Federal n° 6040/2007 classifica essas populações como "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos e práticas gerados e transmitidos por tradição". Neste grupo estão, por exemplo, ciganos e quilombolas.

"São populações que sofreram perseguições ao longo dos anos em razão de sua cultura, credo ou origem étnica. Foram historicamente lesadas pela discriminação social e necessitam ser inseridas nas políticas de inclusão educacional", defende o deputado. Presidente da Associação dos Ciganos de Pernambuco e membro do Comitê Estadual de Igualdade Racial, Enildo Kalon avalia que seu povo, perseguido por séculos, merece um olhar especial. "Leis que facilitem nosso acesso aos serviços públicos essenciais são urgentes."

NOVOS DESAFIOS

Assim como Jonas, Guitinho da Xambá foi o primeiro de sua família a chegar ao Ensino Superior. Mais do que isso: o bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) foi pioneiro dentro de sua comunidade, o Quilombo Urbano Nação Xambá, fundado há mais de 85 anos.

Ingressante na universidade em 2005, Guitinho conta que só encerrou a graduação dez anos mais tarde. Ele credita a demora ao despreparo do ambiente acadêmico para lidar com a diversidade. "Não conseguia entender bem a linguagem e os personagens do curso, já comuns para meus colegas de classe. Nomes como os dos sociólogos Max Weber e Karl Marx, por exemplo, não faziam parte da minha realidade e, muitas vezes, faltava sensibilidade dos professores para criar uma relação diferenciada, não de privilégios, comigo", explica.

Ele avalia as cotas, entretanto, como "um primeiro grande passo". "Se não adentrarmos nesses espaços, a sociedade vai continuar sendo pensada pelos mesmos núcleos. Nossa cultura tem muito a colaborar", acredita o membro da comunidade quilombola. A opinião é compartilhada pelo pesquisador Ruy de Deus. "O acesso dessa população ao Ensino Superior é, sem

Quilombola Guitinho da Xambá: acaden

RINALDO MARQUES

mia não sabe lidar com diferenças

dúvida, importante, mas insuficiente. O Poder Público precisa acompanhar mais de perto essas trajetórias, aprimorando a política. Infelizmente, ainda sabemos pouco sobre esses alunos."

Fique Sabendo

Concursos
Também tramita na Alepe o PL n° 1273/2017, proposto por Isaltino Nascimento, que reserva vagas para pretos, pardos, indígenas e pessoas pertencentes a comunidades tradicionais em concursos públicos do Estado.

AGORA É LEI

Segurança para o consumidor

Companhias devem informar, com antecedência, identificação de funcionários que prestarão atendimento domiciliar

Luciano Galvão Filho

Uma medida simples que pode evitar surpresas desagradáveis. Desde março, é obrigatório, em Pernambuco, que empresas prestadoras de serviços em domicílio comuniquem aos clientes informações sobre os funcionários que realizarão o atendimento. A regra foi estabelecida pela Lei nº 15.934/2016 e determina que o consumidor deverá ter, com no mínimo uma hora de antecedência, acesso ao nome completo, ao número do documento de identificação e, quando possível, à fotografia do trabalhador que fará a visita.

A norma pretende garantir mais segurança ao consumidor, explica o autor do projeto, deputado Ricardo Costa (PMDB). O parlamentar conta ter recebido relatos de cidadãos que ficaram expostos à ação de criminosos que se passaram por técnicos ou entregadores para invadir domicílios. "As pessoas precisam ter certeza de quem está batendo em sua porta, se é alguém autorizado e que irá realizar o serviço solicitado."

A regulamentação alcança, entre outros setores, companhias de energia, telefonia, internet, televisão, gás encanado e saúde. O descumprimento da lei pode resultar em multa de até R$ 10 mil, a depender da existência de ocorrências anteriores para uma mesma empresa.

Síndica de um prédio residencial na Zona Norte do Recife, Michelle Galindo de Oliveira vê com bons olhos a exigência imposta às prestadoras de serviço. O condomínio sob sua administração já determina, inclusive, regras para entrega de água mineral nos apartamentos, por meio de diretriz interna que estabelece quais empresas e funcionários podem realizar a atividade dentro do edifício.

A mudança, conta Michelle, foi implementada após a ocorrência de furtos em áreas comuns do imóvel durante a madrugada. "Pelo que vimos nas imagens das câmeras de segurança, eram pessoas que conheciam o prédio, que haviam entrado aqui antes, então resolvemos tomar essa medida como forma de prevenção", relata a síndica.

RINALDO MARQUES

Norma atinge setores como telefonia, internet, televisão e energia

Titular da Delegacia de Polícia de Roubos e Furtos, João Gustavo Godoy confirma a existência de relatos como os descritos pelo autor da lei, apesar de a unidade sob seu comando não manter registros sobre casos dessa natureza. O delegado diz ter recebido informações sobre crimes praticados por pessoas disfarçadas como funcionários de uma operadora de internet. Ele acredita que, se respeitada, a nova regra poderá, sim, coibir a prática de ilícitos. "Se você sabe quem irá à sua casa, com certeza isso lhe dará mais segurança", observa.

EFEITOS

Durante a tramitação do projeto, Ricardo Costa afirma não ter recebido manifestações de empresas que serão alvo das obrigações definidas pela lei. O deputado avalia, entretanto, que a medida tem "todas as condições para ser plenamente cumprida", o que resultará em um atendimento de mais qualidade. "A fiscalização será realizada pelos órgãos estaduais de defesa do consumidor, como o Procon", acrescenta.

Procuradas para comentar as novas exigências, as duas principais concessionárias de serviços públicos do Estado optaram por não se manifestar. Por meio de sua assessoria de imprensa, a Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) preferiu "não se posicionar sobre o assunto". Já a Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) não respondeu aos pedidos de entrevista da reportagem.

Documento **Histórico**

Empresa de ônibus demandava isenção fiscal em 1927

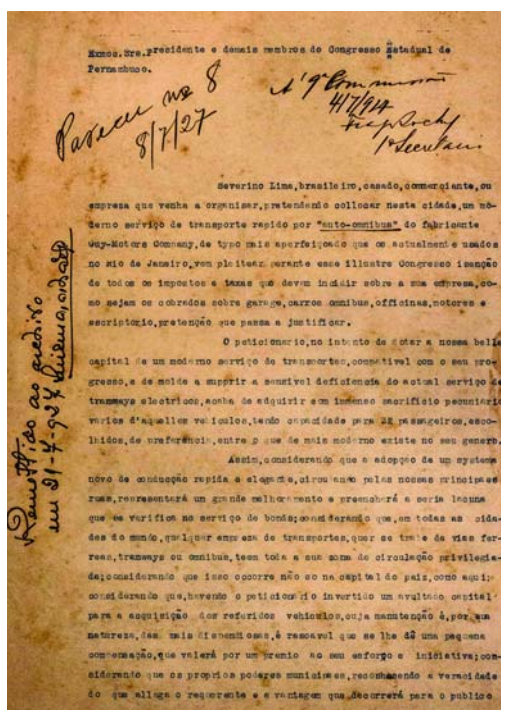
Desde a segunda metade do século XIX, o crescimento comercial do Recife gerou a necessidade de meios de transporte mais ágeis que os tradicionais bondes sobre trilhos para o deslocamento da população entre o Centro e as áreas periféricas da cidade.

Entre as décadas de 1920 e 1930, projetos de reurbanização tomaram forma e resultaram, por exemplo, na construção da Avenida Guararapes, que se tornou terminal das linhas que circulavam no Centro.

Foi nesse contexto que a Assembleia Legislativa de Pernambuco recebeu, em 4 de julho de 1927, a petição do empresário Severino Lima. Ele solicitava isenção de impostos sobre a atividade da companhia de transportes que administrava.

No documento, Lima prometia trazer para o Recife "um moderno serviço de transporte rápido por 'auto-omnibus', do fabricante Guy-Motors Company". Os veículos, com capacidade para 32 passageiros, seriam mais modernos que os, na época, utilizados no Rio de Janeiro, então Capital da República.

A justificativa citava, ainda, o alto investimento na aquisição e manutenção dos ônibus, e discorria sobre as vantagens para os cidadãos geradas pelo novo serviço. O benefício fiscal, na visão do empresário, valeria como "prêmio por seu esforço e iniciativa".



Exmos. Sre. presidente e demais membros do Congresso Estadual de Pernambuco.

Parecer nº 8 8/7/27

Severino Lima, brasileiro, casado, commerciante, ou empresa que venha a organisar, pretendendo collocar neste cidade, um moderno serviço de transporte rapido por "auto-omnibus" do fabricante Guy-Motors Company, de typo mais aperfeiçoado que os actualmente usados no Rio de Janeiro, vem pleitear perante esse illustre Congresso isenção de todos os impostos e taxas que devem incidir sobre a sua empresa, como sejam os cobrados sobre garage, carros omnibus, officinas, motores e escriptorio, pretenção que passa a justificar.

O peticionario, no intento de dotar a nossa bella capital de um moderno serviço de transportes, compativel com o seu progresso, e de meio a supprir a sensivel deficiencia do actual serviço de tramways electricos, acaba de adquirir com immenso sacrificio pecuniario varios d'aquelles veiculos, tendo capacidade para 32 passageiros, escolhidos, de preferencia, entre o que de mais moderno existe no seu genero.

Assim, considerando que a adopção de um systema novo de conducção rapida e elegante, alem das vantagens pelas nossas principaes ruas, representará um grande melhoramento e premoverá a seria lacuna que se verifica no serviço de bondes; considerando que, em todas as cidades do mundo, qualquer empresa de transportes, quer se trate de vias ferreas, tramways ou omnibus, teem toda a sua sorte de circulação privilegiada; considerando que isso occorre não só na capital do paiz, como aqui; considerando que, havendo o peticionario invertido um avultado capital para a acquisição dos referidos vehiculos, cuja manutenção é, por sua natureza, das mais dispendiosas, é razoavel que se lhe dê uma pequena compensação, que valerá por um premio ao seu esforço e iniciativa; considerando que os proprios poderes municipaes, reconhecendo a veracidade do que allega o requerente e a vantagem que decorrerá para o publico

Remettido ao archivo em 21-7-927

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo. Petição de Severino Lima, de 4 de julho de 1927. Acervo do Arquivo Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

AUTISMO

Diferentemente iguais

Identificada em 1% da população mundial, condição das pessoas autistas ainda enfrenta desconhecimento e carece de políticas públicas

Clarissa Falbo

Vitória Lira é uma jovem de 18 anos. Ela gosta de ver videoclipes no tablet, dorme tarde, sente preguiça de se exercitar na esteira e adora ir ao cinema. É uma adolescente como tantas outras: igual, mas diferente. Vitória é autista. Ela precisa de ajuda para se comunicar e interagir socialmente, bem como de educação especial.

Autismo é o termo geral usado para indicar um conjunto de sintomas neurológicos, comportamentais e psíquicos que, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), pode ser identificado em cerca de 1% da população do planeta. O Transtorno do Espectro Autista varia em menor ou maior grau, afetando a capacidade de comunicação e provocando comportamentos repetitivos.

A mãe de Vitória, Ângela Lira, conta como começou a perceber que havia algo diferente com a filha. "O autista não olha para você e eu comecei a pensar que minha filha não gostava de mim, nem me reconhecia como mãe. Já coloquei essas questões para o profissional, que me disse que Vitória sabia, sim, que eu sou a mãe dela e que iria demonstrar. Nesse momento, percebi que era o porto seguro dela", relata.

A pessoa com autismo pode parecer alheia, mas é capaz de perceber a atenção, o cuidado e o carinho que recebe. Não existe uma causa definida para a condição. Pesquisas apontam que a combinação de fatores genéticos, ambientais e biológicos pode provocar alterações no desenvolvimento do cérebro.

De acordo com a psicóloga Ana Elizabeth Cavalcanti, do Centro de Pesquisa de Psicanálise e Linguagem, é importante que as famílias fiquem atentas ao desenvolvimento dos pequenos. "Você chega junto da criança e faz um afago, mas ela não demonstra satisfação, ou aparecem outras crianças e ela também não se interessa. Isso não significa, de jeito nenhum, que essa criança tem autismo, porém indica que alguma coisa não está bem com ela, logo você deve procurar ajuda o mais cedo possível. É a melhor forma", orienta.

O pediatra é, geralmente, o profissional de saúde que está mais próximo de pais e mães durante o primeiro ano do bebê. Mas é preciso ter cuidado ao estabelecer o diagnóstico, pois cada pessoa tem um ritmo próprio de desenvolvimento e o parecer médico não deve ser encarado como um limitador.

O tratamento pode contar com terapia ocupacional, fisioterapia, acompanhamento de neurologista, psiquiatra e suporte às famílias. A brincadeira é uma ferramenta importante porque estimula e desenvolve habilidades de um jeito prazeroso, permitindo a melhora da qualidade das interações e o despertar da curiosidade, dos sentidos e da coordenação motora.

Ana Elizabeth Cavalcanti lembra que as limitações às atividades da pessoa com autismo são relativas. "É como todas as vidas humanas: quanto mais condições ambientais criadas para que esses indivíduos vivam bem, melhor eles vão viver", afirma a psicóloga. "O autista não estabelece um diálogo verbal, mas tem trânsito pela Internet, possui uma vida rica, gosta de cinema e música. Algumas pessoas creem que é uma vida vazia, mas não é. É uma vida diferente."

A legislação estabelece uma série de direitos para os cidadãos do espectro autista. Uma cartilha produzida pela Assembleia Legislativa de Pernambuco esquematiza as normas estaduais e federais e fornece outras informações úteis. Entre as garantias oferecidas estão tratamento gratuito, especializado e multidisciplinar, acesso a medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), além de educação básica e profissionalizante inclusiva e adequada às necessidades. Também condições para o ingresso no mercado de trabalho, benefícios tributários e assistenciais, meia-entrada em eventos culturais e passe livre no transporte público são previstos nas normas.

Porém, as políticas públicas ainda precisam ser fortalecidas para que os autistas sejam efetivamente incluídos. Para a pedagoga Monalisa Costa, da Associação de Famílias para o Bem-Estar e Tratamento da Pessoa com Autismo, o primeiro passo consiste em investimentos na educação, com a formação adequada de professores. "É preciso oferecer um treinamento de qualidade para que os profissionais estejam aptos a trabalhar com qualquer indivíduo, tanto autistas quanto qualquer pessoa que tenha atraso no desenvolvimento, a fim de poder atuar em uma escola", defende.

A mãe de Vitória deseja um amanhã de oportunidades e cuidado para a filha. "O que eu espero para o futuro dela é a garantia de qualidade de vida, de acolhida, de um ambiente seguro", resume Ângela.

RINALDO MARQUES

Vitória e Ângela Lira: dedicação por um futuro de acolhimento e de oportunidades

Fique Sabendo

Acesse a cartilha com informações sobre o Transtorno do Espectro Autista, disponível no site da Alepe.